

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: EM BUSCA DE UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

Jessica Hilário Pinto¹

England Scarlatt Ferreira Gomes Quiareli²

Oscar Ferreira Mendes Neto³

Resumo: O presente texto apresenta considerações sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico (PPP), nas instituições de ensino, como norteador das atividades desenvolvidas. A concepção de gestão abordada na construção dessa discussão é a de uma gestão participativa, que engloba toda a comunidade escolar nas decisões a serem tomadas referentes ao funcionamento e desenvolvimento da instituição. Para tal, fez-se necessário lançar mão de aporte teórico que fundamentem a discussão acerca do PPP e da gestão participativa, fundamentadas por autores como Libâneo (2008), Benincá (1995), Bussmaam (1995), Vasconcellos (1995).

Palavras-chave: Projeto-político-pedagógico. Gestão participativa.

Introdução

A presente discussão traz como eixo central a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma que possibilite/crie uma gestão participativa que envolva todos os atores da instituição de ensino, concebendo o valor de tal participação como algo que agregará o desenvolvimento/formação dos alunos para a vida em sociedade.

Para tal, faz-se necessário discutir a cerca do PPP e sua relevância diante as ações norteadoras das atividades educacionais, existentes em determinada instituição de ensino, já que este é um documento que possui em seu corpo orientações “para planejar a organização nos espaços escolares, do planejamento curricular, avaliação e metas, estrutura escolar, conteúdos e metodologias, histórico, sua identificação, entre outros” (SANTOS, 2014, p. 4).

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora da Rede Municipal de Educação. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC. E-mail: jhessica_hilario@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora da Rede Estadual de Educação. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC. E-mail: englandscarlatt@hotmail.com

³ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC. E-mail: oscar.hand@hotmail.com

O PPP é considerado um dos possíveis caminhos para que a escola afirme a sua identidade, por meio da perspectiva de uma instituição pedagógica que visa formar para a cidadania. Para tal, o exercício docente deve ser idealizado a partir das necessidades específicas de determinado grupo, a partir da compreensão do contexto sócio-histórico-cultural em que se está inserido, possibilitando assim um aprendizado crítico que possibilite uma formação que articule o saber (conhecimento sistematizado) com o agir.

A Gestão Participativa, a partir da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ser modelo de gestão utilizada em diversas escolas, devido ser pautada nos princípios de democracia e coletividade. Sob essa ótica, o processo de ensino/aprendizagem deve envolver todos os atores presentes (administrativo, professores, alunos, pais e comunidade).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar como a construção PPP pode contribuir para uma Gestão Participativa na instituição de ensino, de forma que objetivem a participação de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico

Antes de discorrermos acerca do PPP, é importante compreender o sentido dessas três palavras para que ocorra uma melhor apreensão. Projeto que em sua etimologia vem do latim *projicere* que significa lançar para frente; política do grego *politiké*, e significa a arte de governar, e pedagógico relativo ou conforme a pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação, com vista à definição dos seus fins e dos meios capazes de realizá-los (VEIGA, 1995, p. 12).

O PPP é um documento norteador das ações e práticas escolares, tendo em vista que possui uma intencionalidade, é político, pois é construído a partir de um processo de discussão e reflexão, quanto aos problemas enfrentados na instituição, na busca pela melhoria da qualidade da educação ofertada aos alunos.

Desse modo, o PPP pode ser entendido como um ato político, onde se estão registradas todas as metas ações, concepções, prioridades, educacionais e ou concretas, as metas de aprendizagem, os resultados, é como se fosse à identidade da escola. Segundo Vasconcelos (1995, p. 143) o PPP,

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa a ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que em uma forma refletida, consciente,

sistematizada orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Sendo assim, este deve ser construído de forma participativa, envolvendo toda equipe escolar, de forma comprometida, que inclui professores, pais, o administrativo, enfim todos que buscam o favorecer da aprendizagem do educando, criando uma autonomia, de fazer uma escola de todos, de usuários e servidores, unidos por um mesmo propósito em torno da educação podendo atender as suas necessidades. Por conseguinte,

trata-se de um trabalho compartilhado pela equipe escolar, uma construção coletiva. Assim concebido como, o projeto pedagógico traduz os valores do grupo, suas intenções, seus objetivos compartilhados. E será o eixo condutor do trabalho da escola, esculpindo-lhe feição própria. (DAVIS; GROSBaum, 2002, p. 88).

Nesse sentido, o PPP deve ser considerado um processo vivenciado no dia a dia da escola, construído e ao acesso de todos devendo apresentar as concepções, visões e princípios voltadas para a função social e pedagógica para da melhor intuito deformarem na formação de cidadãos atuantes críticos na sociedade.

Gestão Participativa

A gestão participativa, em seu sentido mais amplo, se identifica com o valorizar da participação, tanto da escola como do meio social a que esta se insere, no processo de tomada de decisão, fazendo com que a docência se configure em um exercício interativo, empenhando-se na criação coletiva das práticas e finalidades escolares, na conversa e na procura por concordância entre todas as partes.

Contudo, tem-se a necessidade de compreender estas duas palavras “gestão participativa”, que juntas causam a ação anteriormente citada, dessa forma iniciar-se-á pela definição de gestão, que segundo Libâneo (2008, p. 101), são:

Os processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar [...]. Em outras palavras, a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

Assim sendo, entende-se por gestão o ato de envolver todo o conjunto de trâmites que são utilizados com a finalidade de resolver assuntos relacionados à comunidade escolar, ou melhor, seria a utilização de recursos variados que colaborassem na realização de diligências que levam a realização de questões escolares.

Para Bussman (1995) a prática pedagógica da escola deve ser pautada na relação existente entre os alunos e os professores, além dos demais funcionários, materiais didáticos e equipamentos presentes na escola. Desse modo, as escolas desenvolverão suas atividades com maior desempenho a partir do momento que possuírem em seu projeto político pedagógico “Associações de Pais e Mestres, clubes diversos, grêmio estudantil, conselhos de classe, representações de turmas etc.” (BUSSMAN, 1995, p. 50). A autora afirma que desse modo,

a gestão escolar que, para viabilizar um projeto político pedagógico globalizador e interdisciplinar, deve prever formas democráticas de organização e funcionamento da escola, incluindo as relações de trabalho no seu interior. Relações de trabalho que devolvam à escola seus principais agentes e atores: alunos e professores, coadjuvados e permanentemente pelos pais, que representam e trazem consigo a realidade circundante, por dela serem parte. (BUSSMAN, 1995, p. 50).

Voltando-se à participação, esta remete a ideia de ser parte de uma determinada ação, no entanto, para que o sujeito consiga agir precisa-se ter acesso a este e às decisões que o norteiam, para tanto, “executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela” (BENINCÁ, 1995, p. 14). Não obstante, Libâneo (2008, p. 102) afirma que:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. [...] implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho.

Após apreendermos esses conceitos é relevante ressaltar que a Educação em busca da melhoria de sua qualidade veio à tona a imposição de descentralizar e democratizar a gestão o que ocasionou como posição de conceito nuclear a participação. Consequentemente a concepção e gestão democrática-participativa se faz cada vez mais presente nas instituições escolares, se fundamentando,

[...] na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca por objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões sem, todavia, desobrigar as pessoas da responsabilidade individual. Ou seja, uma vez tomadas as decisões coletivamente, cada membro da equipe deve assumir sua parte no trabalho. (LIBÂNEO, 2008, p. 124).

Como foi possível notar, para que esse modelo de gestão seja efetivado satisfatoriamente, é imprescindível que ocorra um trabalho em conjunto, em que todos participem, ou seja, que se forme uma equipe, esta que,

[...] é um grupo de pessoas que trabalha junto, de forma colaborativa e solidária, visando à formação e a aprendizagem dos alunos. [...] é uma modalidade de gestão que, por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizagem dos alunos. (LIBÂNEO, 2008, p. 103).

No entanto, não se deve preocupar apenas com a participação na gestão, mas também com o alcançar dos objetivos da gestão democrática e participativa e a execução das finalidades e encargos definidos de maneira conjunta e compartilhada, é imprescindível ao menos a distribuição de funções e um profissionalismo de ponta, isto é, precisa-se de uma gestão da participação, esta que

[...] implica a existência de uma sólida estrutura organizacional, responsabilidades muito bem definidas, posições seguras em relação às formas de assegurar relações interativas democráticas, procedimentos explícitos de tomada de decisões, formas de acompanhamento e de avaliação (LIBÂNEO, 2008, p. 105).

Esses aspectos mencionados são de responsabilidade dos diretores e coordenadores pedagógicos da instituição escolar, intentando que a função primordial da Educação, “[...] é a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que, mediante práticas pedagógicas-didáticas e curriculares, propiciam melhores resultados de aprendizagem dos alunos” (LIBÂNEO, 2008, p. 105). Enfim, como se sabe a tarefa fundamental da escola é o ensino, este que deve proporcionar o desenvolvimento das competências dos educandos com o intuito de formarem cidadãos participantes na sociedade em que vivem. Para tanto, se têm a necessidade de se pensar uma gestão que colabore com esta ação de forma a auxiliar os objetivos propostos pela instituição e garantir uma condição satisfatória do exercício docente,

sendo assim foi destacado a gestão democrática participativa esta que se bem trabalhada consegue efetuar o que a pouco foi mencionado e ainda realiza isso valorizando todos os envolvidos na dinâmica escolar e procurando alternativas de maneira conjunta.

Considerações Finais

Conclui-se que para que se possa desejar uma gestão participativa é necessário antes pensar a participação da comunidade escolar na construção do PPP, de forma com que este norteie todas as ações desenvolvidas dentro da instituição de ensino, inclusive a gestão.

O PPP deve ser concebido como instrumento que legal construído para que se rompa com as definições de ações a serem tomadas única e exclusivamente de cima para baixo por somente uma pessoa ou segmento da instituição de ensino.

Dessa forma, haverá participação na busca para a superação de conflitos e rompendo com ações autoritárias, estendendo à comunidade escolar a tomada de decisões. A instituição que desenvolva seu trabalho sob a perspectiva de uma gestão participativa, deve compreender com clareza a importância da participação de todos os atores/agentes pertencentes à instituição no processo de ensino/aprendizagem, de forma com que essa participação contribua para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças envolvidas em tal processo.

A gestão escolar de modo participativo possibilita a escola a solidificar suas ações e relações, de modo que garantam o aprendizado dos alunos, não somente referente aos conteúdos presentes no currículo, mas que os prepare para uma participação efetiva na tomada de decisões sobre assuntos em que está inserido de forma crítica, seja na esfera política ou social. A participação dos alunos nas decisões no ambiente escolar proporciona o estímulo e desenvolvimento da autonomia, reflexão e argumentação, de modo que eles passam a compreender sobre sua relevância dentro da instituição de ensino como um ser ativo, e não um mero expectador do processo.

Portanto, a implementação de uma escola regida através de uma gestão participativa, é necessário compreender a importância da participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP, pois é ele que norteará as ações futuras a serem desenvolvidas pela instituição de ensino. A gestão participativa deve ir além de uma gestão que olhe o aluno e a comunidade como simples expectadores do processo gestor, mas como algo a ser questionado e decidido por todos os envolvidos, de forma igualitária visando o desenvolvimento dos alunos e os preparando para a vida em sociedade.

Referências

BENINCÁ, E. As Origens do Planejamento Participativo no Brasil. **Revista Educação – AEC**, n. 26, jul./set. 1995.

BUSSMAN, Antônia Carvalho. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DAVIS, Cláudia; GROSBAUM, Marta Wolak. Sucesso de Todos, Compromisso da Escola. *In*: _____. **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

SANTOS, Javan Sami Araújo dos. **Coletivamente: Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Professores em espaços de formação [recurso eletrônico]: mediações, práxis e saberes docentes / V Encontro Nacional das Licenciaturas, IV Seminário Nacional do Pibid. Natal: EDUFRN, 2014.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Liberdade, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.